

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua Cubatão, 322
Paraíso – São Paulo – SP
CEP.: 04013-001

Exma. Sra. Dra.
CAROLINA VIEIRA MERCANTE
D.D. Procuradora do Trabalho

Ref.: Notificação nº 199713.2016/PRT 2
PROMO 004350.2016.02.000/1

Senhora Procuradora,

A Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS – AEPET, entidade de âmbito nacional, com 55 anos, que reúne mais de três mil profissionais das categorias universitárias do Sistema PETROBRÁS, registra seu integral apoio à iniciativa da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, de levar as preocupações dos trabalhadores, com a tentativa de privatizar a LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A., subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS.

Entendemos que o processo em curso deve ser interrompido pelos graves riscos e insanáveis prejuízos para os trabalhadores, para o patrimônio público, para a PETROBRÁS, para os consumidores, para a economia e para a Soberania Nacional.

A Administração da PETROBRÁS alega a necessidade de vender a LIQUIGÁS e outros ativos estratégicos para reduzir a sua dívida.

Ocorre que a AEPET já encaminhou à Diretoria e ao Conselho de Administração da PETROBRÁS um conjunto de medidas que, combinadas, permitem equacionar a dívida sem necessidade de desintegrar a Companhia, criando monopólios e oligopólios privados, entregando mercado a concorrentes, sacrificando trabalhadores, reduzindo receitas futuras, onerando consumidores (Documento 1).

A PETROBRÁS e a LIQUIGÁS são empresas que integram a Administração Pública Indireta, devendo seus dirigentes obediência aos preceitos constitucionais constantes do artigo 37 da Constituição Federal, notadamente os da LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, PUBLICIDADE e



AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

MORALIDADE.

O mercado de GLP, produto essencial, de amplo consumo, sobretudo nas camadas mais pobres de nossa população, é caracterizado por forte concentração.

Apenas 4 empresas (ULTRA, LIQUIGÁS, SUPERGASBRÁS e NACIONAL) concentram mais de 85,5 % das vendas. A LIQUIGÁS ocupa a 2ª posição no mercado. A LIQUIGÁS, empresa estatal, é importante para dar equilíbrio ao mercado, impedindo concentração ainda maior, sob controle de grupos privados oligopolizados, com visão, quase sempre, exclusivamente financeira. Por tais razões esta operação não pode avançar sem consulta e manifestação expressa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

A documentação enviada a V.Exa. pela Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, detalha os riscos e prejuízos que a pretendida operação traz para os mais de 3000 empregados da LIQUIGÁS.

A concentração que resultaria desta operação ameaça, também, milhares de revendedores de GLP. São mais de 60 mil, segundo dados oficiais da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Estes revendedores são micro e pequenos empresários brasileiros, aos quais a Constituição Federal (artigo 170, inciso IX) determina seja concedido tratamento especial / favorecido, tendo em vista sua importância para a economia do país.

A privatização da LIQUIGÁS resultaria na DESNACIONALIZAÇÃO da Companhia, face ao divulgado interesse de fundos de investimentos estrangeiros, agravando a remessa de lucros e o desequilíbrio em nosso balanço de pagamentos. A venda do controle da LIQUIGÁS, como, de resto, de valiosos ativos da PETROBRÁS, vem sendo promovida pela Administração da Companhia sem acompanhamento do Tribunal de Contas da União, do Congresso Nacional, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, da Comissão de Valores Mobiliários, do Ministério Público Federal e de outros órgãos governamentais.

O processo, se concretizado, QUEBRA A INTEGRIDADE DA PETROBRÁS, empresa que prospecta, perfura, produz, transporta, refina, gera derivados (gasolina, diesel, querosene, nafta e GLP, etc), ficando impedida de comercializar este último produto, justamente a atividade de menor risco.

Registre-se que a PETROBRÁS, produtora do GLP, manteve o preço deste produto, sem reajustes, por mais de 10 anos. Ainda hoje, o produto de mais utilização no mercado o P13 (botijão de 13 Kg) tem preço ex-refinaria de R\$ 13,00 chegando ao consumidor final, em algumas regiões a R\$ 80,00! Em face do exposto também solicitamos a V.Exa. a INTERRUPÇÃO deste processo lesivo ao INTERESSE NACIONAL.

Atenciosamente,

Diretoria da AEPET – Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS



AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS
